Presidente da Mancha Verde e Delegada Teresinha criticam declaração de Eduarda Campopiano sobre feminicídio

Paulo Serdan relatou ter presenciado agressões contra a mãe na infância; deputada afirmou não acreditar que crime exista

Por **Moara Semeghini**

@GRANDEVERDADE E @DELEGADATERESINHAOFICIAL / REPRODUÇÃO / INSTAGRAM

Falas da campineira Eduarda Campopiano (PL), eleita deputada estadual foram contestadas por Paulo Serdan e pela Delegada Teresinha

As declarações da campineira Eduarda Campopiano (PL), eleita a deputada estadual mais votada de São Paulo, com 1,96 milhão de votos, provocaram reações nas redes sociais. Ao afirmar que "não acha que feminicídio seja algo que exista", a parlamentar foi contestada por Paulo Serdan, presidente de honra da escola de samba Mancha Verde, e pela Delegada Teresinha (Republicanos), de Campinas. Ambos se manifestaram no dia 10 de outubro, Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.

Em uma publicação nas redes sociais, Serdan fez um depoimento emocionado contestando as declarações da deputada e relembrando as agressões violentas que presenciou contra a sua mãe quando tinha apenas sete anos de idade. Ele também mencionou a jornalista Adriana Araújo, que criticou a fala da deputada eleita na BandNews.

"Eu vi um vídeo dela [Campopiano] dizendo que o feminicídio não existe. Mano. Eu vi, eu vivi isso. Eu vi a minha mãe ser espancada. Não é discussão de casal. Vi minha mãe ser espancada, espancada de verdade, muito, muito. Minha mãe, queimada com ferro, de assar frango, que tinha uma avícola, que morava na Vila Maria. Eu tinha sete anos de idade. Eu vivi isso. Eu vi o sofrimento de uma mulher. Eu vi o que minha mãe sofreu. Eu vi o que minha mãe suportou. Eu vi o que minha mãe aguentou", afirmou Serdan.

"A minha mãe foi a mulher mais f.. que eu conheci na minha vida. A mulher mais f... que eu conheci na minha vida. Trabalhou pra caralho... pra criar eu e minha irmã. Ver a voz da Adriana ontem, embargada, ela falando a respeito dessa menina [deputada], me levou aos meus sete anos de idade. Vendo os vídeos dela hoje, me deu nojo. E eu lamento muito em saber que nesses quase dois milhões de votos, muitas mulheres votaram nela. Talvez porque vocês não tenham noção do que é ser espancada, agredida por um homem cruel. Você, com 2 milhões de votos, um dia você vai pagar pela sua língua", disse.

O relato dá dimensão pessoal à discussão sobre a violência contra as mulheres e evidencia como as agressões domésticas podem marcar também a vida de crianças que presenciam a violência dentro de casa.

DELEGADA TERESINHA CRITICA DECLARAÇÃO

Também no dia 10 de outubro, a ex-delegada de polícia e liderança política de Campinas, Delegada Teresinha (Republicanos), usou as redes sociais para mostrar perplexidade com a declaração da deputada eleita e rebater o posicionamento de Campopiano. Em um vídeo gravado na escada de sua casa, Teresinha lembrou que a violência contra as mulheres já foi negada e ressaltou a importância da mobilização de mulheres para dar visibilidade ao problema. "Essa violência já foi negada no passado. E por isso mesmo, muitas mulheres foram à luta para demonstrar essa realidade", afirmou.

Em seguida, recorreu ao recurso do sarcasmo para enfatizar a gravidade da fala da parlamentar do PL. No vídeo, a delegada surpreende ao sugerir que a população deveria "aplaudir" a deputada eleita. Trata-se, contudo, de uma figura de linguagem estritamente irônica: segundo Teresinha, o único "serviço" prestado por Eduarda Campopiano foi expor publicamente a dimensão de um problema estrutural, revelando que quase 2 milhões de eleitores compartilham de um pensamento que ignora e minimiza a violência de gênero.

Para além da ironia, a delegada direcionou a responsabilidade ao eleitorado, cobrando quem votou na deputada campineira ou quem se absteve, e apresentou um alerta com forte embasamento jurídico e penal.

Teresinha lembrou que a tipificação do feminicídio foi fruto de décadas de mobilização das próprias mulheres para tirar a violência doméstica da invisibilidade e punir agressores que atuam sob o sentimento de posse.

"Eu sou da área do Direito, do Direito Penal, sou delegada de polícia. Se, por acaso este Congresso que aí está acreditar nessa versão de que não existe feminicídio, todos os casos de mortes de mulheres por homens que quiserem dominá-las, serão tratados como homicídio. Só uma explicaçãozinha. Homicídio simples, a pena é de 6 a 20 anos. Feminicídio, de 20 a 40. Olha a diferença da punição. E tem gente que defende a prisão perpétua, pena de morte para os feminicidas. Então vamos pensar aqui, sabe aqueles homens que estão presos, aguardando julgamento - tem juiz, tem oficial da polícia, oficial do exército, tem delegados de polícia, uma porção de homens ditos como acima de qualquer suspeita, que estão aguardando o julgamento. Sabe o que vai acontecer? Se cair a classificação, a denominação ou a tipificação penal do artigo 121, que é o feminicídio, cuja pena é de 20 a 40 anos, e cair para 6 a 20, sabe o que vai acontecer? Esses condenados vão cumprir [apenas] um percentual de 25% da pena", alertou, o que segundo Teresinha, enfraqueceria o combate à impunidade.

"Essa violência vai continuar existindo e crescendo porque muitos a negam, principalmente aqueles que a praticam", enfatizou Teresinha, concluindo que o combate à violência contra a mulher exige o reconhecimento da lei e o compromisso coletivo de toda a sociedade.

FEMINICÍDIOS NO BRASIL

Desde a tipificação do feminicídio como qualificadora do homicídio, em março de 2015, ao menos 13.703 mulheres foram assassinadas no Brasil por razões de gênero, segundo levantamento baseado em registros das Polícias Civis de todo o País.

A legislação caracteriza o feminicídio como o assassinato de uma mulher por razões da condição do sexo feminino, em contexto de violência doméstica e familiar ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Em outubro de 2024, o feminicídio passou a ser um crime autônomo, com pena de reclusão de 20 a 40 anos.